

Entrevista de Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Concedida a Almir
Morais de Sá¹,
Bianca Luiza Freire
de Castro França²,
João Victor Conde
Kelly³ e Juliana de
Sousa Coutinho⁴

¹ Doutorando em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-CPDOC).

E-mail: almairms@hotmail.com

² Doutoranda em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-CPDOC).

E-mail: bianca.castro.franca@gmail.com

³ Graduando na Escola Superior de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV-CPDOC).

E-mail: jv.conde.kelly@gmail.com

⁴ Mestranda profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-CPDOC).

E-mail: juliana.coutinho.filmes@gmail.com



Durval Muniz Albuquerque Júnior

possui doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1994), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1988) e graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (1982). Pós-Doutorado em Educação pela Universidade de Barcelona e em Teoria e Filosofia da História pela Universidade de Coimbra.

Professor titular aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Atualmente é professor visitante da Universidade Estadual da Paraíba, professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Coordena o Corpus: grupo de estudos e pesquisas em História dos corpos e das sensibilidades; faz parte do Histor: Núcleo de estudos de teoria da História e História da historiografia e do grupo de pesquisa em História dos Sertões.

O tema do Dossiê desta 21ª edição da MOSAICO é “Ecos e Vozes da Academia: Desafios e Possibilidades de Pesquisa, Ensino e Trabalho”. Por isso, convidamos o Professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior para nos ajudar a refletir sobre a Academia brasileira e os desafios enfrentados atualmente por pesquisadores da área de Ciências Humanas e Sociais. A trajetória acadêmico-profissional de Durval Muniz é de comprometida inserção na Academia brasileira; traçando lúcidas análises sobre os discursos e práticas que instituem a sociedade brasileira no tempo presente e debatendo temas caros às Ciências Humanas e Sociais envolvendo espacialidades, gênero, cultura popular, política, teoria e metodologia da História, violência, sensibilidades etc. Assim, consideramos nosso entrevistado como uma das mais impactantes vozes desse solo epistemológico em que nós nos situamos.

Revista Mosaico: Como você se posiciona hoje dentro desse mundo do trabalho que é a academia em relação ao ensino e à pesquisa em História?

Durval Muniz: Para mim, a academia sempre representou um espaço de criação e liberdade. A academia só tem sentido se tomada como esse espaço em que se pode inventar, criar e pensar fora da caixa. Há muita gente que pensa a academia como um lugar, uma instituição, um conjunto de regras, de códigos, um saber qualificado, normatizado. A academia é tudo isso, mas ela tem que ser mais do que isso, ela tem que ser esse espaço de liberdade. A profissão de professor é uma profissão de muita responsabilidade, que não é socialmente tão valorizada quanto outras profissões e como deveria ser, mas que nos permite criar, inventar, ser diferente, ser singular. Uma das coisas que mais prezo na academia é justamente a liberdade de cátedra. Diante de qualquer ameaça à universidade como esse espaço de liberdade do dizer, do falar, do pensar, do discutir, do debater, a gente deve efetivamente ter uma posição firme de contestação e de luta. Porque se a universidade perde isso, perde a sua própria natureza, perde aquilo que a diferencia e que a faz ter uma função social tão importante. Eu dei aula do ensino fundamental ao ensino médio e já ousava fazer daí um lugar não apenas de reprodução, mas também de criação e de produção do conhecimento. Então, a gente vive momentos de muito perigo não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro, de ter essa limitação da capacidade de inventar e de criar.

Gosto muito da palavra invenção. Talvez a palavra invenção seja uma das palavras que mais me define, porque eu acho que o mundo acadêmico é invenção, é a criação do novo, é a criação do que ainda não existe, não é a mera reprodução. Fico sempre fascinado com a possibilidade de inventar, de criar aquilo que ainda não está dado.

Sempre fui alguém que tentou exercitar a liberdade por onde passou. Existem pessoas que se tornam simplesmente o seguidor de alguém, um reproduzidor do pensamento de alguém. Sempre evitei ter esse tipo de relação e, justamente, evito que meus orientandos e alunos tenham essa relação comigo. Não quero, de forma nenhuma, clones. Não almejo que ninguém seja igual a mim, quero que a pessoa seja ela mesma, que descubra um lugar próprio, diferente. Jamais exijo que o aluno me cite, que seja obrigado a me tomar como referência, ou tomar os autores que eu tomo como referência. Devo isso a Foucault, esse aprendizado de que não se deve ser sempre o mesmo. Como Roberto Machado o define, “Foucault era uma cobra que mudava a pele permanentemente”. Acho essa imagem maravilhosa e penso que é isso mesmo, a gente tem que mudar a pele, senão a gente fica velho, senão a pele envelhece rapidamente. Sempre tive a capacidade de conviver com a diferença. Gosto dos pensadores da diferença, dos filósofos da diferença. Conviver com a diferença é fundamental.

R.M: O discurso negacionista sustenta uma perspectiva anti-história que busca invisibilizar, desqualificar, interditar, suspender os efeitos do discurso histórico, o trabalho do historiador e sua função social. Como combater esses ataques à História?

D.M: Por que eles combatem a História? Por que nós fomos os últimos da área de ciências humanas a ter a profissão reconhecida? Porque as elites brasileiras sabem o que elas fizeram no dia de ontem; sabem qual é o seu passado e não gostam de ser colocadas diante dele. A mesma coisa se dá com as elites internacionais, a História não é propriamente a ciência mais querida, porque a História vai mostrar: como os poderosos se tornaram poderosos; como os dominadores se tornaram dominadores; como a exploração não é natural; como a sociedade contemporânea nem sempre foi assim e não tem que continuar sendo assim; como a ordem contemporânea é produto de um processo - e que ela vai mudar. Se há uma coisa que a História ensina, é justamente que nada é eterno, nenhuma dominação é eterna; o maior império, um

império de mil anos, cai em algum momento e, por isso, evidentemente, o saber histórico não é confortável.

Não vivemos apenas um negacionismo histórico, vivemos um momento de crítica ao saber científico. Por quê? Porque vivemos um momento de profunda incerteza e insegurança. É a marca do nosso tempo. O saber científico foi um dos saberes que colaboraram para a construção dessa sensação de incerteza e insegurança. Porque a ciência moderna destrói a grande certeza que era justamente a crença numa divindade, a crença num deus absoluto que tinha o domínio sobre o destino do homem e da História. O que é a História moderna? A História como ciência só é possível com o fim da ideia de providência, com o fim da ideia de que Deus é quem governa a História. A História passa a ser governada pelos próprios homens e isso gera um grau enorme de insegurança e de incerteza. A gente vive hoje um claro revivalismo religioso no mundo todo, as pessoas buscam pensamentos fundamentalistas e buscam, portanto, certezas, seguranças. Porque o neoliberalismo detonou as seguranças possíveis existentes socialmente. O neoliberalismo destruiu os estados de bem-estar social, destruiu a previdência social, destruiu a legislação trabalhista e, em grande medida, destruiu o Estado. Isso veio somado ao fim das utopias, ao fim de projetos utópicos. O horizonte utópico do nosso tempo se reduziu muito. Ficamos em grande medida aprisionados a um presente cheio de incertezas e insegurança. A palavra insegurança é a palavra de todos os lugares. Porque estamos diante da insegurança existencial, ninguém tem mais horizonte futuro. A grande dificuldade para nós, hoje, numa sala de aula é convencer um aluno a fazer um curso de História, a passar quatro anos fazendo um curso, seja que curso for. Qual é a garantia que há de emprego posteriormente? E a Ciência está associada a isso porque é produtora de incertezas, à medida que acaba com as grandes certezas. A ciência põe todos os dogmas em questão. A História é corrosiva das certezas e gera insegurança porque, além de tudo, está associada à morte. É um saber que afirma a finitude de todas as coisas, a precariedade da própria existência humana, a radicalidade temporal da existência humana. Ser temporal é ser finito. Saber-se mortal é saber que tudo que você cria é mortal, tudo que você investe é mortal.

As pessoas não investem muito mais em laços permanentes porque não acreditam neles. Há uma precariedade dos laços. Há uma crise da amizade, do amor, do casamento. Só se investe energia em estabelecer um laço – de amizade, de amor –,

quando se pensa isso como uma coisa permanente. Se é uma coisa que vai acabar amanhã, você não investe; prefere ficar “no fica”, prefere ficar no encontro provisório.

As pessoas se agarram ao quê? A fundamentalismos. A religião volta com muita força porque ela oferece certezas, garantias. O que resta a uma pessoa reduzida a uma condição de trabalhador precário? Que não tem estabilidade no emprego?

Não é mera coincidência que o século XX foi o século dos totalitarismos: a busca do totalitário, a busca de alguma coisa que diga “essa é a certeza, essa é a verdade, essa é a forma de vida permanente, a estabilidade”. O fim do socialismo real destruiu a última grande utopia de uma sociedade perene. Porque a sociedade liberal burguesa é uma sociedade da transformação e da mudança e da insegurança permanentes. O funcionamento da Bolsa é um signo do que é a nossa sociedade: a Bolsa um dia cai, um dia sobe. Um dia você fica rico, outro dia você está na miséria, pela variação da Bolsa. Que segurança pode oferecer isso? Um dia o dólar dispara, outro dia o dólar cai.

A História levada às últimas consequências gera uma sociedade niilista, dizia Nietzsche. A crítica dele ao historicismo era pensando na dimensão existencial. O historicismo levado às últimas consequências gera grandes problemas existenciais. Se você pensa que tudo acaba, que tudo é passageiro, que tudo é temporal, por que você vai investir em alguma coisa? Você pode cair no absoluto descrédito, na absoluta melancolia. Como melancólico, Walter Benjamin se preocupou com a questão do tempo histórico, desse tempo presidido pela ideia de progresso. Ele percebeu que isso levou as massas ao fascismo, ao totalitarismo: a tentativa de segurança, a tentativa de ter um mundo ordenado e de ter um mundo seguro a qualquer custo.

R.M: A Associação Nacional de História (Anpuh-Brasil), instituição que você presidiu entre 2009 e 2011, publicou nota em outubro desse ano sobre os cortes de verbas para ciência e tecnologia. Nesse documento as Ciências são enunciadas como sinônimos de “vida e esperança” diante de políticas de governo, sinônimos de “morte e escombros”. Como esses cortes impactam a produção de conhecimento no âmbito das ciências humanas e sociais?

D.M: Não se faz ciência sem recurso. Ciência exige investimento de longo prazo. Facilmente se perde todo um processo de pesquisa, mas é difícil recuperar o que se perdeu. O mais grave disso é que vão ter pesquisas interrompidas.

Nenhuma sociedade estará minimamente bem localizada internacionalmente sem investir em ciência e tecnologia. Não teríamos a agricultura e o agronegócio que nós temos hoje, se não fosse a Embrapa e os investimentos feitos ao longo do tempo. Não teríamos áreas importantes da física, da biologia e da química no Brasil, se não fosse os investimentos feitos desde os anos 1950.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi criado pelos militares, no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando constataram a superioridade tecnológica dos americanos e a incapacidade de defesa da soberania nacional sem tecnologia. E nós estamos falando de um país que tem reserva de recursos estratégicos para o mundo e que serão objeto de cobiça internacional. Criaram o CNPq, que agora está praticamente destruído com esse decreto. Se mantido um corte de 90% de recursos para a ciência, ele não se sustentará, não poderá honrar o Edital Universal, por exemplo. Cortes de bolsas acontecerão, os laboratórios desaparecerão. O financiamento para publicação, para revistas, praticamente desapareceu. O mesmo ocorreu com os recursos para a realização de eventos e a ida de pessoas para o exterior. Não é possível, no mundo atual, ser minimamente soberano sem conhecimento científico. O Brasil ficará completamente dependente de outros países e em várias áreas. Nós estamos, curiosamente, desmontando qualquer possibilidade de ser um país soberano.

As nossas elites comprovam que elas não saíram do período colonial. Elas continuam tendo a cabeça colonizada, continuam tendo uma subjetividade de colonos, de senhores de escravos. É mais importante para elas reverenciar o estrangeiro, ter pessoas passando fome - ao ponto que se submetam ao trabalho praticamente de graça - do que a construção de qualquer coisa parecida com uma nação soberana e moderna. O que é inseparável do desenvolvimento científico. Isso mostra muito bem que as elites brasileiras ainda têm o pé na casa-grande e na senzala, não saíram de lá. A escravidão, como diz Frederick Douglas - escravo americano que se autobiografou - não apenas embrutece o escravo, a escravidão embrutece os

senhores de escravos. A escravidão produziu essa elite chucra, grotesca que o Brasil tem, por quê? Porque a escravidão deformou a elite brasileira.

R.M: A pandemia do Covid-19 já demonstrou ser uma das maiores crises desde a Segunda Guerra Mundial. Diante desse contexto e em paralelo às narrativas em torno do negacionismo partido de diversos governos pelo mundo, mas sobretudo do governo brasileiro, como você avalia a complexidade do cenário?

D.M: A pandemia coloca o grande desafio de repensar a nossa relação com a natureza. A arrogância humana mais uma vez foi colocada em xeque. É pretensão do ser humano achar que a natureza existe para ele. É equivocada essa visão de que a natureza evoluiu para produzir o homem. Nós não estamos sozinhos no mundo; a gente depende da natureza; somos animais e temos que ter uma relação ecológica; precisamos de um ecossistema equilibrado para viver. Isso tem a ver com a própria separação, no pensamento ocidental, entre Homem e Natureza, que se deu a partir do século XVII. Nos textos mais antigos, o homem é pensado como parte da natureza, não é pensado como um ser a parte. A modernidade ocidental, com o seu humanismo, cindiu natureza e humanidade. De um lado, se passa a ter a natureza com “N” maiúsculo, do outro, o homem com “H” maiúsculo, mas que, no fundo, é o homem ocidental europeu, branco e heterossexual. Cria-se a ideia de raça e sobre as demais raças se discute se estão do lado da natureza ou do lado da humanidade: “Índios e negros são natureza ou são humanidade?” Sempre que se “precisa” massacrar uma parte da humanidade, busca-se aproximá-la da animalidade. O tempo todo operamos com esse binarismo entre natureza e humanidade, que nos deixa completamente cegos. Pela impossibilidade de vivermos sem a natureza, continuamos tendo uma dimensão biológica, embora tenhamos uma dimensão cultural que é importantíssima.

O covid-19 veio mostrar justamente que, embora exista um grande avanço da ciência, ela ainda não pode tudo, nunca poderá controlar as forças da natureza. A lógica da natureza às vezes é catastrófica, ela opera através das mudanças inesperadas e por mais que o homem tente prever e controlar, ele nada pode. O Covid-19 coloca a questão da nossa relação com a natureza, bem como a nossa relação com os outros e com nós mesmos. O Covid-19 não atingiu todo mundo da mesma forma, ele mostra nossas profundas desigualdades territoriais, geopolíticas, sociais, de classe, de raça

e de gênero. E trouxe coisas assustadoras como essas experiências que foram feitas no Brasil com seres humanos. A que ponto chega a privatização da Saúde? O Covid-19 colocou em xeque a lógica neoliberal da ausência do Estado. Nós somos um exemplo de como um Estado mal governado, mal gerido potencializou a catástrofe. A pandemia colocou como essa lógica fragiliza inclusive a defesa dos Estados em determinadas situações, a deficiência da própria população. E se o Brasil não tivesse o SUS? O que teria sido do Brasil se a medicina fosse completamente privatizada como nos Estados Unidos? Nos Estados Unidos, as pessoas pobres morriam dentro de casa; não iam para os hospitais porque iam contrair uma dívida que não tinham como pagar.

R.M: Um dos importantes efeitos do isolamento social enfrentado nos períodos mais complexos da pandemia do Covid-19 se deu em torno do aumento do consumo de conteúdo cultural (literatura, audiovisual etc.). Como você avalia ser possível falar em pontos positivos para a cultura, mesmo em um cenário de perspectivas tão negativas?

D.M: É o caráter ambíguo de todas as coisas. Não há acontecimento histórico que não tenha essa dimensão da ambiguidade. Ao mesmo tempo, aumentou enormemente a violência doméstica; teve um crescimento muito grande de problemas de saúde mental. Houve uma série de questões dolorosas provocadas pela pandemia, porém as pessoas tinham que ocupar o seu tempo. O crescimento enorme do tráfego na internet e redes sociais foi uma das únicas formas de manter contato social num determinado momento de isolamento. Isso potencializou o poder dessas redes sociais. Discute-se hoje o papel que elas têm no crescimento do número de suicídios e no bullying no mundo inteiro. Principalmente pelo fato de que essas plataformas têm algum controle sobre as nossas vidas. Está claro que há uma interferência delas no processo eleitoral. Não tenho dúvida que o disparo de mensagens por aplicativo no Brasil nas eleições 2018 também ocorreu através do acesso aos dados de redes sociais. Mas ao mesmo tempo, houve um consumo muito grande de audiovisual. Acho que eu assisti tudo que os streamings tinham. O uso do computador se potencializou. Isso teve consequências inclusive do ponto de vista da saúde. Mas foi muito importante as pessoas que conseguiram dedicar esse tempo a ler e consumir cultura.

R.M: A Educação à Distância é realidade cada vez mais crescente no Brasil, vide o oferecimento cada vez maior de cursos de Graduação e Pós-Graduação nessa modalidade em todo o país. Com a pandemia de Covid-19, várias instituições de Ensino Superior precisaram se adequar à demanda do ensino online. Quais desafios estruturais você identifica com a ascensão do modelo de EaD nos cursos de graduação e Pós-Graduação no Brasil?

D.M: É a nossa eterna desigualdade social que repercute em todos os sentidos e é a grande questão a se resolver no Brasil. Eu dou aula atualmente numa universidade localizada em uma pequena cidade do interior - Guarabira, região do agreste paraibano. A maior parte dos meus alunos vem do meio rural. Muitos deles moram em assentamentos da reforma agrária. Assim, há dificuldade em assistir aula online, porque para a maioria deles a internet não tem qualidade e o acesso é só através do celular. Sabemos que esse setor [telecomunicações] é completamente privatizado no Brasil. Evidentemente, que só vai ter acesso a internet quem pode pagar e, portanto, uma distribuição desigual. Estamos impossibilitados de voltar a dar aula, como muitas universidades privadas fizeram com 50% dos alunos presencial e os outros 50% assistindo de casa. Nossa universidade não tem estrutura para isso e nossos alunos também não. Essa é a realidade brasileira da desigualdade social e regional. A região Norte tem uma enorme dificuldade de conexão com a internet, muito mais do que Sudeste e Sul. Não é fácil levar internet para os lugares da Amazônia e nem é rentável. A mesma coisa acontecia com a energia elétrica: não fosse o programa “Luz para Todos”, em que o Estado assumiu completamente o ônus de instalação de energia, continuaríamos tendo muitas regiões do país no escuro como era antes. Enquanto o Estado não tiver um programa público para levar internet a determinadas populações, essa internet não chegará, porque não há interesse das empresas de viabilizá-la e as pessoas não têm condição de pagar.

A EaD tem muitos problemas, mas também tem suas vantagens. O acesso aos cursos de qualquer lugar é uma vantagem. Um curso presencial é muito caro pelo deslocamento de pessoas. Os cursos de Pós-Graduação hoje recebem o mesmo dinheiro que recebiam há 5 anos. Fomos pegos de surpresa por uma pandemia, quando estivemos obrigados a fazer o que não fomos preparados. Vamos ter que nos tornar professores diferentes, ter uma formação diferente. E, claro, vamos ter mais

injustiças, mais desigualdades e mais elementos de diferenciação de pessoas e de oportunidades. Vivemos em um país onde a educação é considerada despesa, como se nos desviasse daquilo que deveríamos ser. No Brasil, a universidade foi criada nos anos 1920. No período colonial, era proibido ter escola, era proibido ter universidade. Nosso colonizador foi dessa qualidade. Enquanto os países vizinhos tem universidades de 400, 500 anos, nossa universidade nasceu ontem. Nosso país, nos anos 1960, tinha 60% da população analfabeta, incluindo as elites. Tínhamos prefeitos completamente analfabetos, que só sabiam riscar os próprios nomes nos documentos. Eram elites iletradas, como são até hoje.

R.M: O Museu Nacional teve grande parte do seu acervo perdido no incêndio ocorrido em 2018. Esse ano, a Cinemateca de São Paulo também perdeu parte de seu acervo em um incêndio. Ambas instituições estavam passando por cortes orçamentários e abandono por parte das políticas públicas. O Brasil perdeu materiais com potencial imenso de pesquisa. Como você avalia o esvaziamento e a precarização das políticas públicas de preservação da memória e cultura no Brasil e suas consequências para a Ciência nacional?

D.M: Não há nenhum apreço de nossas elites em relação ao passado, elas sabem o que fizeram e não têm nenhum interesse que isso seja conhecido. A identidade brasileira, em grande medida, foi pensada como “O Brasil é o país do futuro”. Nós não somos uma sociedade que valoriza o passado, somos uma sociedade muito fascinada pelo moderno e pelo progresso. Então qualquer instituição, prédio, monumento e documento que representa o passado é visto como alguma coisa que não tem valor social. A começar por uma casa histórica. Os herdeiros vendem para construir um prédio, sem o menor apreço. Gerações viveram ali naquela casa. Em uma cidade como São Paulo, que valoriza o novo, se percebe essa transformação permanente dos espaços da própria cidade. Se a gente passa cinco anos sem ir lá, quando volta a cidade já mudou toda. Mil coisas novas foram construídas, outras foram derrubadas. Isso só se explica culturalmente, através da nossa formação. Quantas vezes como professor de História ouvimos os alunos dizerem “para que eu quero saber dessa coisa velha?”. Inúmeras vezes. Temos que gastar as primeiras aulas de História

convencendo os alunos do valor da História. Eles não têm a mínima ideia de que o presente tem uma ligação com o passado, o passado continua presente. O passado não passa. Ele está aí nas marcas que ele deixa. Nós somos o que somos porque tivemos o passado que tivemos. A incúria do Estado com a memória do país é histórica, isso independe de governo de direita ou esquerda.